



A conta digital dos
brasileiros.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais

31 de dezembro de 2024 e 2023



Conteúdo

Relatório da Administração	1
Balanços Patrimoniais	6
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11



Relatório da Administração

Apresentação

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais da BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“BanQi SCD” ou “Instituição”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho do exercício

Atualmente a BanQi SCD não realiza operações de crédito, financiamento e investimento, neste sentido, o resultado do período foi gerado pela aplicação em títulos e valores mobiliários. O lucro líquido do período foi de R\$ 1.333 em 2024 (R\$ 848 em 2023).

O ativo total ponderado pelo risco (RWA), do Conglomerado Prudencial, corresponde ao montante de R\$ 284.055, o patrimônio de referência totalizou em R\$ 246.202 e o índice de basileia para o período foi de 86,7%.

Diretoria Executiva

Vital Flores Leite
Diretor Presidente

Alexandre de Lima
Diretor Financeiro



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos acionistas e diretoria da
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Shape the future
with confidence

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC SP-324473/O



Ativo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	338	11.290
Instrumentos financeiros		12.497	-
Títulos e valores mobiliários	5	12.497	-
Outros créditos		104	96
Impostos e contribuições a compensar		104	96
Total do ativo		12.939	11.386
Passivo	Nota	2024	2023
Relações interfinanceiras		-	3
Outras obrigações		392	161
Fiscais e previdenciárias	6	290	101
Sociais e estatutárias		-	4
Valores a pagar - ligadas		72	56
Credores diversos		30	-
Patrimônio líquido		12.547	11.222
Capital social	7a	10.000	10.000
Reservas de lucros	7b	2.547	1.222
Total do passivo		12.939	11.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	2024		2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira				
Resultado de aplicações interfinanceiras		-	-	1.315
Resultado com títulos e valores mobiliários	8	1.414	2.206	-
Resultado bruto da intermediação financeira		1.414	2.206	1.315
Outras receitas/(despesas) operacionais		(165)	(221)	(70)
Despesas administrativas	9	(103)	(130)	(15)
Despesas tributárias		(66)	(103)	(61)
Outras receitas operacionais		4	12	6
Resultado operacional		1.249	1.985	1.245
Resultado antes dos tributos e participações		1.249	1.985	1.245
Imposto de renda e contribuição social		(411)	(652)	(397)
Lucro líquido do semestre/exercício		838	1.333	848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	2024		2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício		838	1.333	848
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente		838	1.333	848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	Capital Social	Reservas			Lucros Acumulados	Total
		Legal	Dividendos não distribuídos	Especiais de Lucros		
31 de dezembro de 2022	10.000	19	4	355	-	10.378
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	848	848
Constituição de reserva legal	-	42	-	-	(42)	-
Constituição de reservas especiais de lucros	-	-	-	798	(798)	-
Dividendos pagos e/ou provisionados	-	-	4	-	(8)	(4)
31 de dezembro de 2023	10.000	61	8	1.153	-	11.222
31 de dezembro de 2023	10.000	61	8	1.153	-	11.222
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.333	1.333
Constituição de reserva legal	-	67	-	-	(67)	-
Dividendos pagos e/ou provisionados	-	-	5	-	(13)	(8)
Constituição de reservas especiais de lucros	-	-	-	1.253	(1.253)	-
31 de dezembro de 2024	10.000	128	13	2.406	-	12.547
30 de junho de 2024	10.000	61	8	1.153	495	11.717
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	838	838
Constituição de reserva legal	-	67	-	-	(67)	-
Dividendos pagos e/ou provisionados	-	-	5	-	(13)	(8)
Constituição de reservas especiais de lucros	-	-	-	1.253	(1.253)	-
31 de dezembro de 2024	10.000	128	13	2.406	-	12.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	838	1.333	848
Varição em ativos e passivos	(1.389)	(12.277)	(32)
Instrumentos financeiros	(1.614)	(12.497)	-
Outros créditos	3	(8)	(96)
Valores a receber - ligadas	-	-	5
Relações interfinanceiras	-	(3)	3
Outras obrigações	136	185	56
Outros passivos	86	46	-
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	(551)	(10.944)	816
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(8)	(8)	-
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(8)	(8)	-
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(559)	(10.952)	816
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	897	11.290	10.474
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	338	338	11.290
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(559)	(10.952)	816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“banQi SCD” ou “Instituição”) é uma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na forma de sociedade de crédito direto (SCD) e que atualmente não realiza operações previstas em seu objeto social.

A Instituição é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada na Avenida Rebouças nº 3.970, Pinheiros, São Paulo – SP.

Os planos de negócios da Administração preveem o início de suas operações para períodos futuros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição e requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, que possuem riscos referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, desta forma, os montantes reais podem diferir destas estimativas, impactando determinados ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos demonstrados, sendo a principal estimativa relacionada ao valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 25 de março de 2025.

2.2 – Novas Normas, Alterações e Interpretações aplicáveis a períodos futuros

a) Resolução BCB nº 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A BanQi SCD não espera efeitos materiais na adoção dessa norma, que estabelece os critérios para a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), convergindo os critérios



contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025.

As principais alterações estão relacionadas à classificação dos instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; à definição de metodologia para apuração da taxa efetiva de juros; à baixa para prejuízo e; ao reconhecimento de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito.

O BanQi SCD atualmente não realiza operações que possam ser impactadas por esta norma.

b) Resolução BCB nº 178/22 – Arrendamento

Estabelece a observância do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

Atualmente a Instituição não possui operações de arrendamento mercantil e adotará a norma de forma prospectiva para os contratos a serem possivelmente celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

3.1 – Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Instituição.

3.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.4 – Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:



- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período.

3.5 – Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são realizadas conforme as disposições dos contratos firmados entre as partes.

3.6 – Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre o lucro tributável, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal na data do balanço:

(i) Imposto de renda: é calculado à alíquota-base de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 60 mil ao trimestre.

(ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: é calculada à alíquota base de 9% sobre o lucro tributável.

3.7 – Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente é aquele que: não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos resultados não recorrentes estão evidenciados na nota 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidades – depósitos bancários	338	24
Aplicações interfinanceiras - certificados de depósito bancário	-	11.266
Total	<u>338</u>	<u>11.290</u>



5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição e vencimento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Livres		
Cotas de fundos de investimento – sem vencimento	12.497	-
Total	<u><u>12.497</u></u>	<u><u>-</u></u>

6. Fiscais e previdenciárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	49	5
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	241	96
Total	<u><u>290</u></u>	<u><u>101</u></u>

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Instituição é de R\$ 10.000, sendo dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal.

Sócios	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	10.000.000	10.000.000,00	100%

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo das reservas especiais de lucros, refere-se a parcela remanescente do lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social.

8. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>2024</u>		<u>2023</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Valorização de cotas de fundos de investimento	1.414	2.206	1.315
Total	<u><u>1.414</u></u>	<u><u>2.206</u></u>	<u><u>1.315</u></u>



9. Despesas administrativas

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços técnicos especializados	(103)	(108)	-
Serviços do sistema financeiro	-	(22)	(2)
Outras	-	-	(13)
Total	(103)	(130)	(15)

10. Impostos sobre o lucro

A BanQi SCD registrou até 31 de dezembro de 2024 saldo de IRPJ e CSLL corrente, não houve de diferido para estes impostos até o presente momento.

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
IRPJ ⁽ⁱ⁾	(299)	(474)	(286)
CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	(112)	(178)	(111)
Total Imposto de renda e contribuição social corrente	(411)	(652)	(397)

(i) Saldo de Imposto de Renda apurado na alíquota de 15% acrescido de 10% adicional, base de cálculo apurada superior a 60.000 no trimestre.

(ii) Saldo referente a Contribuição Social apurada à alíquota de 9% sobre base de cálculo.

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro antes da tributação	1.249	1.985	1.246
Imposto de renda e contribuição social à alíquota 34%	(425)	(675)	(424)
Outras diferenças permanentes	14	23	26
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(411)	(652)	(397)

Diferido reconhecido por meio do resultado

Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social **(411)** **(652)** **(397)**

A BanQi SCD apura imposto de renda e contribuição social, na forma de apuração do lucro real trimestral.

11. Gerenciamento de riscos

A BanQi SCD possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito, de mercado e liquidez, os riscos específicos relacionados a serviços de pagamento e os riscos social, ambiental e climático incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento.



A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

Para a continuidade das operações, a BanQi SCD utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez. Entre as principais empresas parceiras, estão o Banco Santander, Banco Bradesco, BTG Pactual, a Mastercard, Banco Daycoval, BMP, Genial e a Dock Serviços Financeiros.

15.2 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer principalmente das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

De maneira geral, em relação aos instrumentos financeiros, observamos e estamos preparados para os conceitos previstos na Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

Caixa e equivalentes de caixa: o risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação “AAA”, ao menos “BB” ou superior. Com base na avaliação de risco da BanQi SCD, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

Investimentos financeiros: se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: a Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

As principais empresas com as quais a BanQi SCD tem parceria possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.



Para o arranjo de pagamentos, a Administração da BanQi SCD não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

15.3 Risco de mercado e Liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuirão como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

Risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez da BanQi incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.
- As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.
- Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que a BanQi SCD não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.



- A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

Informações sobre o gerenciamento de risco de liquidez da BanQi SCD podem ser encontrados no site da Instituição, disponibilizado publicamente sob a forma do Relatório de Estrutura de Gestão de Liquidez.

15.4 Risco Social, Ambiental e Climático

Como parte do conglomerado, a BanQi SCD se posiciona junto ao Banco Central com a visão de se tornar um modelo de desempenho sustentável e satisfação do cliente. A instituição está comprometida em garantir a continuidade de seus negócios e em cumprir todas as leis e normas regulatórias. Ao influenciar a tomada de decisões e orientar fluxos financeiros por meio de seus produtos e serviços, a BanQi SCD promove práticas que não apenas atendem às necessidades dos clientes, mas também contribuem para um desenvolvimento sustentável. Essa abordagem possibilita a criação de soluções financeiras que integram responsabilidade social e ambiental, gerando um impacto positivo nas comunidades e no meio ambiente.

O foco da BanQi SCD é promover um desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente equilibrado e economicamente viável. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) foi elaborada para formalizar e orientar diretrizes de atuação, reafirmando a importância estratégica do tema para a instituição. Esta política reflete os compromissos da BanQi SCD em consonância com as práticas e ações adotadas pelo Grupo Casas Bahia.

A PRSAC é essencial para fortalecer nossas relações com colaboradores, clientes, parceiros e outras partes interessadas, promovendo uma cultura de responsabilidade que permeia toda a organização. Nosso objetivo não é apenas cumprir regulamentações, mas também atuar como um agente transformador, influenciando positivamente a sociedade e o meio ambiente. Assim, o banQi reafirma sua posição como uma instituição que gera valor compartilhado, contribuindo para um futuro mais sustentável e inclusivo.

15.5 Gerenciamento de Riscos Operacionais, Controles Internos, Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

As estruturas de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo reporta-se ao Chief Financial Officer (CFO), à Alta Administração e Chief Executive Officer (CEO), por intermédio do Comitê de Riscos e Compliance e do Comitê Executivo (COMEX) banQi.



A área de Gestão de Riscos Operacionais é responsável pelo gerenciamento dos riscos e pelas atividades de controles internos, identificando e avaliando os riscos, bem como o tipo, desenho e execução dos controles. Essa área também é responsável pela definição das diretrizes a serem aplicadas para gestão de continuidade de negócios.

As diretrizes do processo de gerenciamento de riscos estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e tem por objetivo definir:

- A metodologia para identificação, mensuração, gestão e comunicação referente a Riscos Operacionais e Controles Internos;
- A governança para temas relacionados a Riscos Operacionais e Controles Internos; e
- Os responsáveis pela gestão de Riscos Operacionais e os papéis esperados de cada um dos colaboradores, conforme modelo de três linhas.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais, controles internos e compliance é apropriada para o porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais estão expostos.

O processo de gerenciamento de riscos e controles permeia todas as áreas e todos os colaboradores permitindo que os riscos sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados e, está alinhado às diretrizes da administração, que por intermédio de comitês e outras reuniões internas, definem e acompanham os objetivos organizacionais, incluindo o apetite ao risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O modelo de linhas de defesa é definido como:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos;
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gestão de riscos e controles, compliance e segurança, com o intuito de assegurar que os controles sejam eficazes e que os riscos sejam gerenciados de acordo com os objetivos definidos. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa; e
- Terceira linha de defesa: é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.



Todas as áreas são responsáveis por atuar proativamente na identificação dos riscos relacionados aos processos sob sua responsabilidade e endereçar controles que os mitigue, bem como reavaliar seu ambiente de riscos e controles no mínimo anualmente ou quando forem desafiados pela área de Gestão de Riscos ou quando da materialização de situações como:

- Ocorrência de evento relevante;
- Novas regulações relacionadas; e
- Novos produtos e processos ou alterações significativas em produtos e processos existentes.

O acompanhamento e reporte à administração do perfil de risco e ambiente de controles internos da organização, é liderado pela área de Gestão de Riscos.

Na atribuição do papel de terceira linha de defesa, são utilizados os serviços da unidade específica de Auditoria da KPMG.

Em 2024, a Auditoria realizou trabalhos relacionados a governança, prevenção a fraudes, conta digital e outros.

O Compliance desempenha um papel estratégico na garantia da conformidade regulatória e operacional do banQi. Suas principais atividades incluem o acompanhamento de normas aplicáveis, gestão do relacionamento com cliente e usuário, a implementação e monitoramento de políticas internas que assegurem a aderência às normas legais, regulamentares e éticas, a realização de testes de aderência para mitigar riscos, a gestão de programas de integridade, ética corporativa e anticorrupção. Além disso, o Compliance atua como interface com o Banco Central, assegurando que ofícios, documentos, relatórios e informações sejam enviados ao Regulador de forma precisa e tempestiva, e colabora na identificação e correção de possíveis falhas ou irregularidades, promovendo a transparência e regularidade da instituição.

Outro elemento importante da estrutura de compliance, é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle organizacional. Atualmente, o banQi conta com os seguintes:

- Comitê Executivo: órgão deliberativo composto pela Diretoria Executiva, coordenador e secretário, exercendo funções tanto decisórias quanto consultivas. Este comitê tem a responsabilidade de deliberar sobre uma variedade de assuntos relacionados à administração dos negócios da Instituição, assegurando a conformidade com as regulamentações legais e infralegais aplicáveis. Entre suas principais atribuições, destacam-se a provisão de suporte operacional, a gestão eficaz dos recursos humanos, e a alocação de capital de maneira estratégica. Além disso, o Comitê é encarregado de



avaliar e aprovar projetos significativos nas áreas de tecnologia, infraestrutura e serviços, bem como, deliberar sobre os temas e pautas dos demais Comitês;

- Comitê de Riscos e Compliance: o Comitê de Riscos e Compliance é um órgão da Companhia, constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Sua responsabilidade inclui a deliberação sobre questões relacionadas à administração dos negócios, à conformidade com as regulamentações legais e infralegais, além de fornecer suporte operacional em assuntos relacionados às políticas, diretrizes operacionais e metodologias de alocação de capital, bem como na gestão de riscos e limites de exposição.
- Comitê de Finanças: constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Tendo como escopo de deliberação e aprovação de assuntos correlatos a orçamento, estabelecimentos e definições de políticas financeiras, gestão e adoção de estratégias para a mitigação de riscos financeiros, incluindo apetite de risco, exposições e taxas de juros, avaliação de performance de desempenho financeiro monitorando o cumprimento dos objetivos estabelecidos e propondo ações corretivas quando houver desvios significativos, deliberar sobre estratégias de captação de recursos, avaliando as melhores condições de mercado e possíveis impactos, deliberações e definições de medidas para assegurar a liquidez e solvência da Companhia, deliberação sobre a gestão de ativos e passivos da Companhia, assegurando o equilíbrio entre prazos, volumes e fluxos de caixa; e
- Comitê de Prevenção à Fraude e Operações: órgão constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Tendo como escopo de deliberação e aprovação de assuntos correlatos a prevenção à fraude, implementando e revisando constantemente estratégias e medidas de proteção. Além disso, o Comitê se dedicará à avaliação da integridade e segurança dos processos de cadastro e transações garantindo a veracidade das informações. Também analisará e otimizará os processos operacionais, buscando eficiência e minimizando riscos.

O adequado sistema de controles internos deve permitir a identificação e avaliação dos riscos potenciais, o seu efetivo gerenciamento e a adequada mitigação pelos processos de controle preventivos e detectivos. Para isso, são requeridos planos de ação para mitigar a exposição aos riscos potenciais que não possuem controles ou possui deficiências nos existentes.

As demandas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) incluem mecanismos robustos de monitoramento para identificar transações suspeitas, com base em critérios objetivos e padrões de comportamento financeiro. Os processos do banQi também contam com diligências de Conheça Seu Cliente (KYC), Conheça Seu Funcionário (KYE), Conheça Seu Parceiro (KYP) e Conheça Seu Fornecedor (KYS), assegurando a verificação de identidades, análises de risco e a integridade das partes envolvidas. Adicionalmente, realização de



consultas periódicas às listas de sanções e demais listas restritivas nacionais e internacionais. Sempre que identificadas operações ou situações que possam indicar indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, a instituição atua em conformidade com as normas legais e infralegais aplicáveis, assegurando a comunicação adequada às autoridades competentes de forma tempestiva e sigilosa.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, controles internos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro pressupõe a contínua capacitação e treinamento, com vistas a assegurar as competências e habilidades necessárias aos empregados, dirigentes e colaboradores para o pleno exercício de suas responsabilidades legais, execução das respectivas diretrizes corporativas que regulam o tema e atuação enquanto agente ativo na consolidação de um ambiente interno pautado pelas boas práticas de conduta e ética.

Para tanto, é divulgado de forma clara e objetiva, as condutas esperadas de seus colaboradores e terceiros, por intermédio do Código de Ética e as boas práticas de governança corporativa, através da Política de Compliance.

Dado isso, todos têm o dever de relatar, de boa-fé, a ocorrência ou identificação de possíveis irregularidades, violações de regras, suspeitas de fraudes, suborno, desvios de condutas ou qualquer ato que possa expor negativamente a imagem das Instituições, fornecendo informações que ajudem a manter elevados padrões éticos, cuja comunicação pode ser realizada pelos canais de comunicação segura e confidencial.

As diretrizes que suportam os processos de gestão de riscos, controles internos, compliance e segurança, são formalizadas em Políticas internas, as quais são aprovadas pela Diretoria e ficam disponíveis a todos os colaboradores na intranet.

12. Resultados não recorrentes

O BanQi não possui resultados não recorrentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

13. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes para divulgação.

Alexandre de Lima

Diretor Financeiro

Aline Pereira

Contadora CRC 1SP283508/O-8